



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

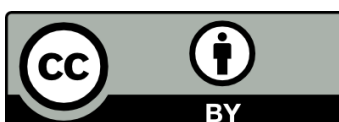
Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nºs 30/31

Janeiro – Fevereiro – 2003



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

S U M Á R I O

**Política externa e defesa no
Brasil atual: uma agenda
possível**

João Paulo Soares Alsina Júnior

**Manobras e exercícios
militares: uma janela para o
pensamento atual das Forças
Armadas brasileiras**

João Fábio Bertonha

**IRÃ: permanências culturais e
perspectivas**

Carmen Lícia Palazzo

**Sudeste Asiático – do
crescimento econômico
exponencial à negociação
entre culturas**

Paulo Antônio Pereira Pinto

**A incorporação dos novos
países à União Européia**

Miriam Gomes Saraiva

**A Ameaça Que Vem do Norte:
Os EUA e a Coréia**

Cristina Soreanu Pecequilo

**As Diferentes Guerras do
Iraqe**

Cristina Soreanu Pecequilo

**A Morte da ONU com a
Nova Guerra Fria?**

Ana Flávia Barros Platiau

**Iraque: inexorabilidade
de nova guerra?**

Virgílio Caixeta Arraes

**O Tratado do Eliseu e as suas
lições para o Mercosul**

Antônio Carlos Lessa

Uma frase (in)feliz?:

**o que é bom para os EUA,
é bom para o Brasil?**

Paulo Roberto de Almeida

Política externa e defesa no Brasil atual: uma agenda possível

João Paulo Soares Alsina Júnior*

Devido a uma série de fatores condicionantes, a política externa brasileira foi, ao longo de quase todo o século XX, conduzida de maneira independente da existência de meios de força capazes de respaldá-la em última instância. Apesar dos vínculos institucionais existentes entre diplomatas e militares, as políticas externa e de defesa têm sido tratadas por sucessivos governos como assuntos essencialmente estanques. Essa situação é adicionalmente agravada pelas dificuldades de se lograr consenso sobre uma grande estratégia nacional, capaz de traçar objetivos de longo prazo comuns a ambas. Diante dessa circunstância, cabe indagar sobre a conveniência de manter inalterada a situação descrita em um contexto internacional marcado pelo enfraquecimento do multilateralismo e pela intensificação de posturas hobbesianas. No caso brasileiro, é preciso realizar ainda reflexão sobre que papel atribuir às forças armadas e à diplomacia no campo da defesa.

Se assegurar a própria defesa é considerado algo socialmente relevante, deve-se ter presente uma constatação básica: as forças armadas brasileiras encontram-se completamente despreparadas – seja em termos organizacionais, doutrinários, logísticos, humanos ou materiais – para o enfrentamento de um conflito de média intensidade, mesmo que de curta duração. Ora, mas seria necessário dispor dessa capacidade? Para encurtar uma longa história, parte-se do pressuposto de que, para um país como o Brasil, que pretende garantir a própria defesa e influir na conformação do espaço regional, é necessário contar com forças aptas a enfrentar uma multiplicidade de ameaças convencionais e não convencionais. Dentro do espectro de ameaças de caráter convencional, não resta dúvida de que se deve ter como objetivo primeiro possuir poder de combate suficiente para cobrar um custo maior que zero de grandes potências que possam pretender nos coagir militarmente. Isto significa possuir capacidade dissuasória real, algo que hoje inexistente por completo. Em contraste, considera-se que, por sua especificidade, as ameaças de cunho não convencional em perspectiva (guerrilhas ligadas ao narcotráfico, invasões de garimpeiros, desordem social impulsionada pelo crime organizado etc.) não podem ser enfocadas como objeto de dissuasão em sentido tradicional.

* Diplomata de carreira e mestre em relações internacionais pela Universidade de Brasília. As opiniões expressas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor e não expressam aquelas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Iraque: inexorabilidade de nova guerra?

Virgílio Caixeta Arraes*

Não obstante o significativo ganho de produtividade que os setores da 'nova economia' proporcionam aos principais países capitalistas desde meados dos anos 70, que permitiu inclusive a sua acachapante vitória na Guerra Fria, os Estados Unidos voltam sua atenção, de modo mais rígido, para a garantia do acesso às principais fontes de combustíveis fósseis, base da 'velha economia.' : primeiro, com a rápida vitória sobre o antigo governo do Afeganistão, possibilitam a construção de um almejado gasoduto no país que ligaria o Turcomenistão ao Paquistão; segundo, com o possível enfrentamento com o Iraque, onde se espera um resultado militar semelhante ao do Afeganistão, assegurariam então o ingresso à segunda maior reserva estimada de petróleo do mundo.

Nos anos 90, em sua maior parte sob comando democrata, os Estados Unidos mantiveram indicadores econômicos positivos, com reflexos sobre o mundo todo, especialmente, nos países exportadores do 3º Mundo, incluindo a China. A despeito disto, aquela década presenciou a prostração do Japão, a melancolia da Europa Ocidental e os desvarios do México, Rússia, Sudeste Asiático e Brasil. Mesmo assim, a euforia interna possibilitou que os democratas compartilhassem, por meio dos organismos internacionais e suas conferências, suas preocupações de política externa, minimizando o potencial de ações unilaterais impetuosas.

No entanto, o cenário atual conforma-se por outro molde, porque os Estados Unidos, sob gestão republicana, também encontram-se com dificuldades, com a economia patinando desde o ano 2000, o que enseja, já há algum tempo, o delinear de duas frentes de atuação: internamente, com o lançamento

do segundo plano de estímulo à economia em menos de um ano e meio, sob justificativa de estimular o consumo, ao diminuir a incidência de alguns impostos que afetariam sobremaneira sua classe média, o que se soma à concessão anterior de subsídios, como os relativos ao setor agrícola, por exemplo; externamente, com o envidamento de suas ações militares, em detrimento das diplomáticas, mesmo individualmente, a países detentores de recursos energéticos de origem fóssil, que não estejam ajustados à nova configuração mundial. No caso, atualmente, o Iraque, após o Afeganistão, encaixar-se-ia no modelo, ao constituir o tríptico do Eixo do Mal, ao lado do Irã e da Coreia do Norte, da política externa americana.

Para lograr o desenlace esperado, as duas frentes devem ser executadas com sucesso simultaneamente, visto que um aumento expressivo dos recursos energéticos teria impactos funestos sobre a estrutura econômica do país, responsável por 1/4 do total do consumo global. A tendência dos Estados Unidos é cada vez mais depender das importações de petróleo – hoje, em 55%; em 2025, entre 65 e 70%, segundo Sevastopulo¹. Desta forma, a sua presença no Oriente Médio e Cáucaso torna-se mais e mais imperiosa para o funcionamento regular de suas atividades internas, que dependeria menos dos sobressaltos, vicissitudes e caprichos eventuais dos países locais, normalmente administrados por ditaduras.

Se se confirmarem as expectativas militares em relação ao Iraque, seriam duas ações fulminantes e de êxito em um intervalo de poucos meses, confirmando o poder dos Estados Unidos como hiperpotência². Mesmo assim, restar-lhe-iam, do

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

¹ SEVASTOPULO, Demetri. The Americas: US oil imports expected to rise. *Financial Times*, Londres, 10 jan. 2003.

² Consoante adjetivou-os, em 1999, Hubert Védrine, ex-Ministro das Relações Exteriores da França. In: NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 25

ponto de vista estratégico, na região dois países que lhe são intrincados, por motivos diversos: Irã, detentor de uma das cinco maiores reservas petrolíferas, visto com desconfiança pela possibilidade de desenvolver armas de destruição em massa e apoiar grupos terroristas, e Arábia Saudita, maior exportadora de petróleo, a qual, embora lhe mantenha um apoio praticamente incondicional, é suspeita de abrigar nichos terroristas fundamentalistas que se irradiam pelo Oriente Médio e, posteriormente, Europa Ocidental e América do Norte.

Unilateralmente, os Estados Unidos já se encontram com condições de agir militarmente, conforme declaração do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Richard Myers, no fim do ano passado, em visita ao Afeganistão³. Todavia, o apoio e a simpatia que o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 proporcionaram ao país por parte considerável da opinião pública mundial, podem desvanecer-se, se não houver um respaldo coletivo dos principais países, que relutam em apoiar, como o caso franco-alemão, ou desconfiam, como o caso russo-chinês. Para todos estes, dever-se-ia, primeiramente, confirmar se o Iraque possuiria armas de destruição em massa ou condições técnicas e materiais para fabricá-las a curto prazo.

Destarte, por meio da Resolução nº1441, possibilitou-se a constituição de um comitê *ad hoc*, sob a chefia de Hans Blix, ex-Ministro das Relações Exteriores da Suécia e ex-Diretor da Agência Internacional de Energia Atômica, com cerca de uma centena de membros, que, desde novembro, apuram

in loco, se o Iraque deteria não só as armas, mas os meios para manufaturá-las. Até o momento, não se encontrou uma prova definitiva; todavia, Blix enfatizou que as investigações não se encerraram – o prazo final é o dia 27 de janeiro –, dado que falta visitar algumas instalações e entrevistar técnicos e já se considerou que o relatório preliminar iraquiano apresentado à comissão contém lacunas, o que, então, não eximiria o país de sofrer as sanções estipuladas pelo Conselho de Segurança, que contemplariam a presença militar autorizada de tropas estrangeiras em seu território. Além do prazo final para a entrega do parecer da comissão, os Estados Unidos esperam, também, o fim das peregrinações a Meca que ocorrem no momento.

Após isto, infere-se que, independentemente das apurações, a disposição norte-americana é de efetivar o ataque, dada a sua predisposição de acreditar que o Iraque realmente possui os armamentos proibidos, de acordo com a declaração divulgada do Porta-Voz, Ari Fleischer: “O problema é que o Iraque sabe bem esconder as coisas (...) Para nós, é fato: o Iraque tem armas de destruição em massa”⁴.

Portanto, se as expectativas governamentais dos Estados Unidos se confirmarem, após a invasão, haveria, como consequência, a derrubada da longa ditadura de Sadã Hussein, o que refletiria em uma cotação mais baixa dos preços petrolíferos, possibilitando ao seu mercado interno relativa segurança para a retomada dos níveis anteriores de consumo, com a eliminação de uma continuidade da estagnação que perturba a economia do país.



³ EUA já estão prontos para atacar, anuncia General. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 dez. 2002.

⁴ Inspetor da ONU não vê provas contra Iraque; para EUA, há violação. *Valor Econômico*. São Paulo, 10 jan. 2003.